

VILLAS-BÔAS CORRÊA

Acordo no ano errado



Empostando a voz para emitir, com gravidade teatral, o anúncio do virtual acordo com o FMI, Collor de Mello bisca o truque esperto de assumir a postura de presidente de governo que está começando agora, enfrentando o desafio de erros do passado que legou a herança da economia em pandarecos, exigindo a cota de sacrifício corretivo da sociedade.

O presidente dirige-se ao país na contida euforia do acerto com o Fundo — fechado com o compromisso de um arrocho de doer e, no barato, seis meses de negro aprofundamento da recessão, com índices crescentes de desemprego e de redução de salários —, como se estivesse tomando posse de novo. Assim como o professor que erra a solução do problema e, sem pedir desculpas à classe, passa o apagador no quadro-negro e recomeça a fazer contas e equações.

Nem uma palavra para o público interno de explicação sobre o erro desqualificante do inútil sequestro da poupança — apenas mencionado, no reconhecimento da cincada, na Carta de Intenções ao FMI.

É como se o presidente, tal como em brincadeira de criança, impusesse o reinício do jogo com a advertência do placar zerado. Como o seu time estava perdendo a partida, o dono da bola altera a regra e estabelece que começa tudo de novo.

Só que, na dureza da realidade, não é assim tão simples. Depois, não é a primeira nem a segunda vez que governos erram o passo, mudam ministros e tentam impingir nova experiência, claro que com o povo pagando a conta.

O descaramento do lance, apesar de repetido, sempre rende alguma coisa, engambelando o público desatento e sem alternativa.

Um dia, a casa cai. Já balança nos moirões apodrecidos.

Acontece que, desta vez, o calendário eleitoral complica, e muito, o esquema do governo. E ele terá também que pagar sua parcela no rateio dos prejuízos.

Afinal, não se pode apagar um ano e quase nove meses de tempo desperdiçado na desastrosa arrumação da casa.

Pior, do tempo ideal, do prazo perfeito e irrecuperável.

Em tudo e por tudo. Antes de mais nada, pela evidência de que governo que tomou posse, em cima de 35 milhões de votos, pousado na inquestionável legitimidade de mandato confirmado em dois turnos, estava com tudo para implementar as reformas que prometeu no discurso de campanha. No caso de Collor, a fragilidade da sustentação parlamentar estava coberta pelo apoio popular. Governo novo, escorado no voto, é como um trator, irresistível na arrancada.

Reconheça-se que o presidente revelou fina sensibilidade política na avaliação do momento único. Disse e repetiu que não podia errar a pontaria,

pois só dispunha de um cartucho para abater a inflação. Para não perder o tempo que não voltaria mais, despejou em cima do Congresso, petrificado pelo espanto e intimidado pelo furacão, o pacote de Medidas Provisórias que remexiam as entranhas da burocracia, reduzindo ministérios, extinguindo e fundindo órgãos, demitindo funcionários ou colocando milhares em disponibilidade, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço. Mexeu em tudo ao mesmo tempo, na sofreguidão do rebuliço.

Não adianta reabrir a discussão sobre o que deu certo e sobre as razões de tantos erros de cálculo. Afobação, incompetência explicam uma parte. Mas, o que puxou a fiera do fracasso do governo foi o catastrófico erro da escolha de economista desconhecida, sem títulos acadêmicos nem experiência administrativa, para programar, definir e executar a revolução na economia.

O insucesso da volúvel Zélia arrastou o governo para o buraco. A ministra improvisada caiu em maio deste ano que estrebucha, emplacando um ano e quase dois meses do mais destrambelhado fracasso da nossa sofrida listagem de vigarices em economês.

Sai Zélia, entra o sereno Marcílio, distendem-se os nervos esticados como corda de rabeca com as doideiras da insaciável, retomam-se os entendimentos com o FMI, a inflação enfim, emite fracos sinais de que reduziu a velocidade e eis o presidente Collor, mais maduro, seco como um arenque, fios brancos pintalgando os cabelos domados, a anunciar novos sacrifícios, austeridade, apertos, arrochos, num tom mais baixo e mais cavo de quem lava as mãos para limpar a poeira do ontem e promete alívio em 93.

Perdão, mas antes de 93 é preciso ultrapassar a buroqueira do caminho de 92.

Convém o governo prevenir-se com o realístico balanço de um ano cheio de alcapões e mundéus.

Ele purga o justo castigo de índices baixíssimos de popularidade, apurados na consulta a uma sociedade cabisbaixa, amarga, acabrunhada pelo desencanto, o couro endurecido pelas decepções empilhadas em muitas rodadas de enganos.

O acordo chega com ano e meio de atraso, no mínimo. Certamente que outra seria a receptividade no clima de credulidade de começo de governo, com os apertos escalonados para o intervalo entre eleições.

Recessão, desemprego, arrocho salarial não rimam com eleição. Nem vale a desculpa que a eleição de 92 é municipal, para a escolha de prefeitos e vereadores.

Bobagem. A eleição será nacional porque abrange todos os municípios do país e no mesmo dia. Antecipando, portanto, campanha de extrema virulência, na exasperação da crise desatada.

Collor não tem partido. Pois que se prepare. Na caça ao voto, todos os candidatos de todos os partidos serão contra ele. Inclusive o PRN, se é que essa sigla fantasma existe mesmo.